



COORDENADORIA DE EDIFICAÇÕES E INFRAESTRUTURA

DIVISÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA

EXECUÇÃO DE SONDAAGEM SPT DO TERRENO PARA ELABORAÇÃO DOS ANTEPROJETOS DOS NOVOS FÓRUNS DAS COMARCAS DE IRATI, PARANAGUÁ E TELÊMACO BORBA

ESPECIFICAÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de sondagem SPT do terreno para elaboração dos anteprojetos dos novos Fóruns das Comarcas de Irati, Paranaguá, Telêmaco Borba, nos moldes e requisitos estabelecidos nas especificações para contratação elaborado pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A contratação será dividida em 3 lotes independentes:

1.1. LOTE 1 – COMARCA DE IRATI (IRI)

O Fórum da Comarca de Irati estará localizado na Avenida João Stoklos, Lote 02- B, situado no bairro Colina Nossa Senhora das Graças, cujas coordenadas constam na matrícula de nº 24.778. Neste terreno, será implantado o Fórum Padrão P2500, com área construída de 3.396,82 m², conforme figuras abaixo, cujo anteprojeto arquitetônico foi elaborado pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para atender às demandas da Comarca, segundo estudos de viabilidade aprovados pela Presidência do TJPR.



Figura 1 - Terreno do novo Fórum da Comarca de Irati

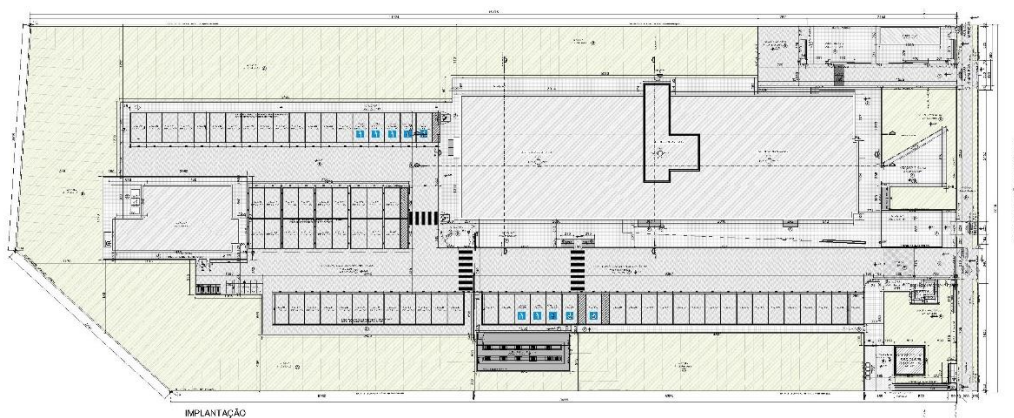


Figura 2 - Implantação do novo Fórum da Comarca de Irati

1.2. LOTE 2 – COMARCA DE PARANAGUÁ (PNG)

O Fórum da Comarca de Paranaguá estará localizado na Avenida Gabriel de Lara nº415, cujas coordenadas constam na matrícula de nº 66.824. Neste terreno, será implantado o Fórum Padrão P7000, com área construída de 8.130,41 m², conforme figuras abaixo, cujo anteprojeto arquitetônico foi elaborado pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para atender às demandas da Comarca, segundo estudos de viabilidade aprovados pela Presidência do TJPR.



Figura 3 - Terreno do novo Fórum da Comarca de Paranaguá

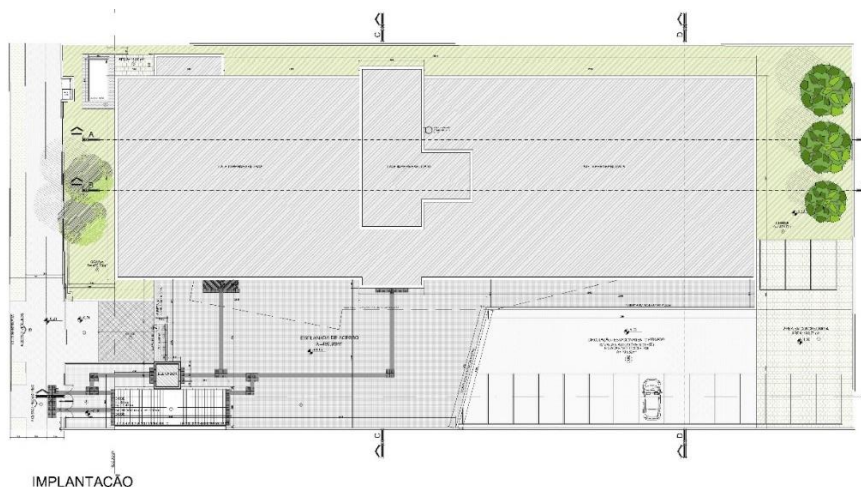


Figura 4 - Implantação do novo Fórum da Comarca de Paranaguá

1.3. LOTE 3 – COMARCA DE TELÊMACO BORBA (TEB)

O novo Fórum da Comarca de Telêmaco Borba estará localizado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, cuja matrícula é o nº 27.355. Neste terreno, será implantado o Fórum Padrão P2500, com área construída de 4.410,28 m², conforme figuras abaixo, cujo anteprojeto arquitetônico foi elaborado pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para atender às demandas da Comarca, segundo estudos de viabilidade aprovados pela Presidência do TJPR.



Figura 5 - Implantação do novo Fórum da Comarca de Telêmaco Borba

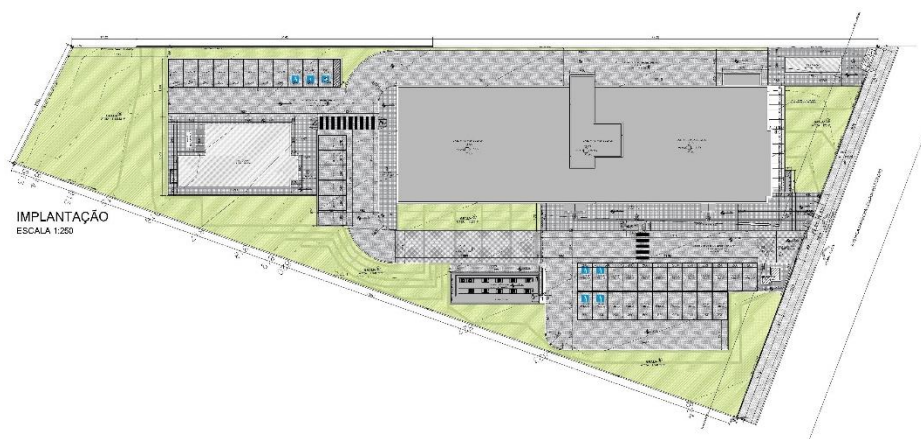


Figura 6 - Implantação do novo Fórum da Comarca de Telêmaco Borba

2. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

Trata-se da contratação de empresa especializada para execução de sondagem SPT do terreno, para elaboração dos anteprojetos dos novos fóruns das comarcas de Irati, Paranaguá e Telêmaco Borba para embasar a elaboração dos projetos complementares (estruturais, de fundação, de pavimentação e de terraplenagem). A contratação será dividida em três lotes, conforme definido no item 1 dessa especificação. A execução dos serviços compreende:

I. Levantamento e Estudos:

- Sondagem SPT: Exigência normativa para o reconhecimento do subsolo sobre o qual a edificação é construída, além de ser base para a elaboração e dimensionamento do projeto de fundação.

Deverão ser entregues, para cada um dos 3 lotes, no mínimo os seguintes produtos:

a. Relatório de Sondagem:

A empresa CONTRATADA deverá entregar um relatório técnico, podendo este conter elementos gráficos e/ou textuais apresentados em escala compatível de forma clara e precisa, contendo ao menos os seguintes itens:

- Todas as informações do Item 7 da NBR 6.484, ou qualquer uma que venha substituí-la;
- Nome do contratante;
- Local e natureza da obra;

- Indicação do sistema utilizado;
- Descrição sumária do método e equipamentos;
- Profundidade total perfurada no terreno, expresso em metros;
- Relato de execução de cada furo, descrevendo critério de paralisação para cada caso;
- Para cada sondagem realizada deverá ser preparado um desenho específico (no formato A-4 da ABNT), contendo:
 - o Local do furo, número da sondagem, data e hora de início e término;
 - o O perfil individual do furo, na escala de 1:100, com a cota de boca de cada furo;
 - o A identificação das diferentes camadas atravessadas pela sondagem;
 - o Métodos e perfuração, indicados por trechos;
 - o A identificação das diferentes camadas atravessadas pela sondagem;
 - o As profundidades onde forem realizados os ensaios de penetração e coletadas as amostras, com os respectivos índices de resistência a penetração (inicial e final);
 - o Gráfico de penetração relativo às penetrações inicial e final e à cota de paralisação da sondagem.
 - o Indicação da presença ou não do nível d'água e sua cota;
 - o Registro da pressão (no caso de artesianismo);
 - o Ocorrência de subida ou descida d'água de circulação da sondagem;
 - o Cota de fuga ou perda total da água de circulação de lavagem e a metragem final de revestimento.
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA, descrevendo o serviço em nome do Responsável Técnico com a devida habilitação para o serviço e Laudo.

b. Planta de Localização das Sondagens

Deve ser entregue, para cada um dos 3 lotes, uma planta de localização das sondagens contendo ao menos os seguintes itens:

- Localização de cada furo de sondagem, com a mesma nomenclatura do relatório.
- Ponto de amarração ou referência possuindo referência de nível (RN) e descrição do elemento físico.
- Cota georreferenciada do RN.
- Indicação dos elementos que limitam o terreno (exemplos: rua, muro, avenida, colégio e outros).

c. Relatório Fotográfico da Execução do Levantamento

Deverá ser entregue, para cada um dos 3 lotes, um relatório fotográfico contendo fotos de execução de cada furo. Vista geral dos serviços. Todas as fotos com legenda.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1 SONDAGEM SPT

A SONDAGEM SPT deve estar em conformidade com a **NBR 6484 – Solo – Sondagem de simples reconhecimento com SPT**, e outras relacionadas como NBR 6122, NBR 8036, NBR 6502 e NBR 9820 – ou ainda outras que vierem substituí-las.

Todos os elementos da SONDAGEM SPT, gráficos ou textuais, devem ser apresentados em escala compatível de forma clara e precisa, para que permita a perfeita interpretação destes para a execução dos serviços em obra, assim como o balizamento dos demais projetos complementares a serem executados.

A programação da campanha deverá estar em obediência às exigências das normas supracitadas, podendo a fiscalização exigir um número maior de furos. Sendo, no mínimo, de 1 (um) para cada 200 m² de área de projeção em planta da edificação, até 1200 m² de área. Entre 1200 m² e 2400 m², precisará ser feito 1 (um) furo para cada 400 m² que excederem de 1200 m². Acima de 2400 m² a quantidade de furos fica a critério do projetista, porém em quaisquer circunstâncias, o número mínimo de sondagens será 7 (sete).

Os locais para a execução da SONDAGEM SPT deverão ser escolhidos de acordo com os locais de maiores carregamentos, apresentados no PROJETO ESTRUTURAL (quando disponível). Quando não houver disponibilidade do PROJETO ESTRUTURAL, a fiscalização deverá ser consultada para a escolha destes. Em qualquer caso, a quantidade mínima de furos deverá ser de 7 (sete) e antes do início da campanha os locais previamente definidos para sondagem deverão ser submetidos ao aceite do TJPR.

A execução da sondagem deve impreterivelmente obedecer a NBR 6484:2001 e o relatório final deve apresentar uma breve descrição de toda a execução de cada furo do ensaio.

A execução de sondagem à percussão será regulada pela Norma NBR 6484, que trata da “Execução de Sondagem de Simples Reconhecimento dos Solos” definindo o equipamento, processo de sondagem, amostrador e peso de bater, padronizados para a obtenção do índice de resistência a penetração, conhecido internacionalmente como N_{spt} , número que representa o valor

da compacidade ou da consistência de um solo, obtido do ensaio de penetração. Este consiste na cravação dinâmica de 45 cm do amostrador padrão no solo, sendo o N_{spt} o número de golpes necessários a cravação dos 30 cm finais do amostrador. Na realização da sondagem à percussão, deverá ser devidamente determinada a profundidade de ocorrência do nível d'água subterrâneo – “N.A”, valioso subsídio para qualquer tipo de obra que se pretenda edificar. Deste modo, durante a execução da sondagem, deverá ser observado o seguinte:

- Cota do nível d'água (N.A);
- Registro da pressão (no caso de artesianismo) e a altura atingida pela coluna d'água em relação a superfície do terreno;
- Subida ou descida da coluna d'água de circulação da sondagem, durante a operação de prospecção;
- A cota de fuga ou perda total da água de circulação de lavagem, bem como a metragem final de revestimento $\varnothing 2 \frac{1}{2}$ ” utilizado.

O nível d'água deve ser anotado desde a sua evidência de ocorrência, quando o solo, por exemplo, se apresentar mais úmido, durante o avanço da sondagem a trado. Neste caso, deverá esperar um certo lapso de tempo, para que o eventual surgimento d'água no fundo do furo possibilite a medida da sua profundidade. O nível d'água final da sondagem é determinado no término do furo, após o esgotamento do mesmo, com a utilização da bomba balde e da retirada do tubo de revestimento, e após decorridas, no mínimo, doze horas da sua conclusão.

A paralisação da sondagem à percussão deverá obedecer aos critérios estabelecidos na Norma NBR 6484, e devem estar descritos para cada furo.

A paralisação da sondagem deve ser aprovada pelo Contratante antes do início dos serviços. Caso não seja definido as sondagens devem obedecer aos critérios estabelecidos no item 5.2.4 da Norma NBR 6484, e deve seguir até que seja atingido um dos seguintes critérios:

- Após 10 metros consecutivos for constatado N igual ou superior a 25 golpes;
- Após 08 metros consecutivos for constatado N igual ou superior a 30 golpes;
- Após 06 metros consecutivos for constatado N igual ou superior a 35 golpes;
- Quando não se obtiver penetração do amostrador após 5 (cinco) golpes consecutivos devem ser executados o ensaio de avanço da perfuração por circulação de água e sua paralisação será quando forem obtidos avanços inferiores a 50 mm em cada período de 10 min;

- Sempre que o amostrador-padrão não avançar durante a aplicação de cinco golpes sucessivos do martelo antes da profundidade de 3 m, a sondagem deve ser deslocada, no mínimo duas vezes para posições diametralmente opostas, a 2 m da sondagem inicial, ou conforme orientação do contratante.

Deve-se tomar registros fotográficos de todo o ensaio. O resultado das sondagens deverá ser apresentado graficamente com a discriminação do tipo de solo encontrado em cada camada e sua consistência, da resistência oferecida à penetração do amostrador-padrão e do nível de água na data da perfuração. Sempre que as características da obra e/ou do terreno exigirem, será estabelecido um programa de investigação direta do subsolo, que inclua ensaios que se façam necessários.

3.1.1 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS

Todos os equipamentos necessários para a execução do ensaio são de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, sendo eles:

- Torre com roldana, moitão e corda;
- Tubos de revestimento;
- Hastes de perfuração/cravação;
- Trado-concha ou cavadeira manual;
- Trado helicoidal;
- Trépano/peça de lavagem;
- Amostrador-padrão;
- Cabeça de bater;
- Martelo padronizado;
- Baldinho para esgotar o furo;
- Medidor de nível de água;
- Metro de balcão ou trena;
- Recipientes para amostras;
- Bomba d'água centrífuga motorizada;
- Caixa d'água ou tambor com divisória interna para decantação;
- Ferramentas gerais necessárias para a operação.

3.1.2 SERVIÇOS A SEREM CONSIDERADOS PELA CONTRATADA

- Mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos;
- Projeto de Sondagem SPT, contendo a localização do ensaio e sua cota, bem como os procedimentos necessários;
- Limpeza do terreno no local de execução da sondagem;
- Escavações e/ou nivelamento do terreno para atingir a cota de ensaio indicada pela fiscalização;
- Mão de obra especializada para acompanhamento;
- Elaboração de relatório técnico.

3.1.3 LOCALIZAÇÃO DOS FUROS DE SONDAGEM

Para atendimento da finalidade pretendida deverão ser feitos os seguintes furos de sondagens nas Comarcas/lotes, seguindo os critérios de paralisação da NBR 6484/2021:

- Irati e Telêmaco Borba: 09 (nove) furos de sondagem à percussão (SPT) para cada comarca, com profundidade de 12 metros cada;
- Paranaguá: 04 (quatro) furos de sondagem à percussão (SPT), com profundidade de 8 metros cada;

As informações de localização e cotas de sondagem estão anexadas a esse edital. Caso haja alguma alteração, deverão ser aprovadas pela fiscalização previamente à execução do ensaio. O serviço de ensaio precisa ser executado por empresa especializada, com o acompanhamento de um profissional habilitado para a atividade.

4. REUNIÕES E COMUNICAÇÕES

No início dos serviços, em até cinco dias úteis da Ordem de Execução dos Serviços, deverá ser realizada uma reunião com a presença dos projetistas da contratada, do coordenador do contrato e representantes do Tribunal de Justiça para verificação dos serviços contratados, esclarecimentos de dúvidas e diretrizes iniciais do projeto. A critério do Tribunal de Justiça a reunião poderá ser subdividida por especialidades. Nessa reunião será certificado o cronograma de execução dos serviços conforme cada contratação, que deverá ser seguido rigorosamente.

Durante todo o andamento do contrato serão programadas reuniões de acompanhamento dos serviços semanais, com a presença de todos os profissionais responsáveis pelos projetos e



serviços que constem da pauta da reunião. Essas reuniões semanais podem ser dispensadas exclusivamente pelo Tribunal de Justiça.

Os projetistas devem participar de todas as reuniões cujas pautas incluam o projeto de sua responsabilidade e sempre que o Tribunal de Justiça julgue necessário. Na eventual ausência justificada de profissionais projetistas, estes deverão enviar representantes que possuam conhecimento do projeto para que possam transmitir informações técnicas aos demais projetistas, assim como coletar as informações para transmissão ao profissional responsável.

Para todas as entregas previstas no Cronograma deverão ser realizadas reuniões ordinárias com apresentação e defesa dos produtos entregues. Essas reuniões ordinárias poderão ser dispensadas a critério exclusivo do Tribunal de Justiça. Reuniões extraordinárias podem e devem ser realizadas sempre que houver necessidade para perfeito andamento dos trabalhos.

Caberá ao Tribunal de Justiça a elaboração das atas de reuniões, que deverão ser repassadas à contratada logo após a realização da reunião, para verificação e continuidade dos trabalhos considerando as decisões tomadas. A contratada deverá revisar todas as atas de reuniões e dar seu aceite ou encaminhar seus comentários. Caberá à contratada fornecer quaisquer informações solicitadas pela equipe do TJPR, bem como atender a todas as exigências do projeto.

As comunicações entre o TJPR e a contratada serão sempre entre o coordenador indicado pela contratada e o fiscal técnico designado pelo Tribunal de Justiça através do e-mail projetosengenharia@tjpr.jus.br. A cada um está incumbida a responsabilidade do repasse das informações para suas respectivas equipes de trabalho.

• Solicitações de Pagamentos e de Alterações Contratuais

Todas as solicitações formais, como solicitações de pagamento, análise, justificativas e aditivos de prazo ou de valor, alterações de cronograma, ou qualquer outra solicitação de alteração contratual deverá ser protocolada no protocolo geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para posterior encaminhamento ao Gestor do Contrato para conhecimento, análise e devido encaminhamento.

O protocolo deve ser endereçado a Divisão de Projetos e realizado no seguinte endereço eletrônico: <https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/publico/frm.do?idFormulario=1491>. Para a solicitação de pagamentos, na caixa de diálogo “Já existe um processo SEI! TJPR tratando do assunto?”, informar que não existe, uma vez que os pagamentos são protocolos separados do protocolo principal do contrato.



A fiscalização técnica não está autorizada a receber ou analisar solicitações encaminhadas de outra forma. É de responsabilidade da empresa CONTRATADA realizar o protocolo pela via formal indicada e TEMPESTIVAMENTE, conforme indicado.

• **Alterações Contratuais, Aditivos Contratuais de Serviços, Valor e de Prazo**

É de responsabilidade da empresa CONTRATADA solicitar aditivos de prazo ou de valor sempre que a fiscalização técnica indicar alguma alteração no desenvolvimento do projeto que a CONTRATADA entenda não fazer parte do seu escopo original ou que entenda demandar mais prazo que o estipulado originalmente no contrato, TEMPESTIVAMENTE, no prazo de 5 dias úteis da solicitação de alteração por parte da fiscalização ou do fato superveniente que, no entendimento da CONTRATADA, acarretará na necessidade de aditivo de valores, de prazo ou outra alteração contratual.

Solicitações intempestivas não serão analisadas. As solicitações realizadas tempestivamente serão analisadas pela fiscalização técnica e pelo Gestor do Contrato, opinando pelo seu deferimento ou indeferimento pela Diretoria DP-TJPR e pelo Ordenador de Despesas.

5. ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Antes da Ordem de Execução de Serviços devem ser emitidas as respectivas anotações de responsabilidade técnica (ART / RRT) seguindo as seguintes orientações:

- Deverão ser emitidas responsabilidades técnicas diferentes para os serviços de elaboração de projetos, orçamentação e execução de obra, mesmo que o profissional responsável por eles seja o mesmo;
- O contratante para todos os serviços é a empresa contratada;
- O local da obra deve ser preenchido corretamente com logradouro, CEP, Município, etc. inclusive coordenadas, para o local onde projeto desenvolvido será implantado;
- Todo o projeto/serviço contratado deverá estar descrito na Anotação de Responsabilidade Técnica; quando não houver serviço especificado deverá estar listado no campo observações;
- O profissional emissor da anotação de responsabilidade técnica deve ser o mesmo nomeado no ato da contratação. Caso haja necessidade de substituição do profissional a mesma deve ser solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça, conforme estipulado no documento que gerou a contratação;

- No campo atividade técnica, deve constar o serviço contratado como, por exemplo, coordenação, elaboração de projetos, elaboração de orçamento, etc. Para atendimento deste item é possível que o mesmo profissional tenha que emitir mais de uma anotação de responsabilidade técnica;
- Não serão aceitas as anotações de responsabilidade técnica que apresentem serviços diferentes dos elencados no termo de nomeação para o profissional emissor da respectiva ART / RRT;
- Havendo alterações no andamento dos projetos como área, ou outros, ao final, para assinatura do Termo de Recebimento Provisório, as ART's / RRT's deverão ser ajustadas.

6. CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Considerando que a contratação se dará em 3 Comarcas/lotes com 3 contratos decorrentes, o prazo para a execução dos serviços é de 15 (quinze) dias consecutivos para cada comarca/lote, conforme cronograma abaixo e também anexo a este edital, com início a partir da data estipulada na ordem de execução dos serviços.

Na eventualidade de um mesmo licitante vencer mais de um lote, O CRONOGRAMA SERÁ REAJUSTADO para contemplar a redistribuição dos prazos em tantas etapas CONSECUTIVAS quantos sejam os lotes contratados, com previsão de 15 (quinze) dias consecutivos por etapa, ou seja, por comarca/lote contratado. O CRONOGRAMA REAJUSTADO deverá ser apresentado pela contratada previamente à assinatura do contrato para ser avaliado e certificado pela fiscalização.

Ainda, em casos de ocorrência de chuvas ou condições climáticas adversas que inviabilizem a realização das atividades previstas em determinada comarca/lote, no caso de licitante contratado para mais de um lote, a ordem do cronograma reajustado poderá ser alterada. Nesses casos, a etapa será substituída por outra comarca contratada onde as condições climáticas estejam favoráveis, conforme alinhamento prévio com a Divisão de Projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Para empresas contratadas para comarca/lote único, as alterações decorrentes de situações de chuvas deverão ser objeto de requerimento específico de alteração (aditivação) de cronograma.

CRONOGRAMA DE CONTRATO		
Lote	Descrição dos serviços	15 dias
	COMARCA DE IRATI - IRI	
	Sondagem SPT e emissão de relatórios	
	COMARCA DE PARANAGUA - PNG	
2	Sondagem SPT e emissão de relatórios	
	COMARCA DE TELÊMACO BORBA (TEB)	
3	Sondagem SPT e emissão de relatórios	

Cronograma de Contrato

6.1 LOTE 1 – IRATI (IRI)

O prazo para a execução de sondagem SPT do terreno, elaboração do relatório de sondagem e fotográfico e demais elementos técnicos, a ser elaborado pela Contratada, é de 15 (quinze) dias consecutivos e simultâneos para a comarca de Irati, conforme prazos listados no Cronograma de Contrato, distribuída em uma parcela, no aceite dos serviços pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6.2 LOTE 2 – PARANAGUÁ (PNG)

O prazo para a execução de sondagem SPT do terreno, elaboração do relatório de sondagem e fotográfico e demais elementos técnicos, a ser elaborado pela Contratada, é de 15 (quinze) dias consecutivos e simultâneos para a comarca de Paranaguá, conforme prazos listados no Cronograma de Contrato, distribuída em uma parcela, no aceite dos serviços pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

6.3 LOTE 3 – TELÊMACO BORBA (TEB)

O prazo para a execução de sondagem SPT do terreno, elaboração do relatório de sondagem e fotográfico e demais elementos técnicos, a ser elaborado pela Contratada, é de 15 (quinze) dias consecutivos e simultâneos para a comarca de Telêmaco Borba, conforme prazos listados no Cronograma de Contrato, distribuída em uma parcela, no aceite dos serviços pela Divisão de Projetos da Coordenadoria de Edificações e Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

7. PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O pagamento será realizado em parcela única para cada comarca/lote única contratada.

Na eventualidade de licitante contratado para mais de uma comarca/lote, o pagamento será distribuído em tantas etapas quantos forem os lotes contratados, o que constará do CRONOGRAMA REAJUSTADO, conforme Item 7.1 abaixo.

Assim, cada comarca/lote contemplará parcela única de desembolso, mesmo para o caso de contratação de mais de uma comarca/lote para um mesmo licitante:

- **LOTE 1 – Prazo de execução de 15 (quinze) dias após a emissão da OES, pagamento em 1 (uma) parcela conforme abaixo:**

§ [Parcela Única] – Sondagem SPT e Emissão de Relatórios – Equivalente a 100% (cem por cento) do valor do contrato de **R\$ 9.687,80 (nove mil seiscentos e oitenta e sete reais e oitenta centavos)**, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes ao lote, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos;

- **LOTE 2 – Prazo de execução de 15 (quinze) dias após a emissão da OES, pagamento em 1 (uma) parcela conforme abaixo:**

§ [Parcela Única] – Sondagem SPT e Emissão de Relatórios – Equivalente a 100% (cem por cento) do valor do contrato de **R\$ 6.703,03 (seis mil setecentos e três reais e três centavos)**, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes ao lote, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais a serem entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos;

- **LOTE 3 – Prazo de execução de 15 (quinze) dias após a emissão da OES, pagamento em 1 (uma) parcela conforme abaixo:**

§ [Parcela Única] – Sondagem SPT e Emissão de Relatórios – Equivalente a 100% (cem por cento) do valor do contrato de **R\$ 10.041,80 (dez mil quarenta e um reais e oitenta centavos)**, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes ao lote, condicionado ao aceite



da fiscalização nos documentos contratuais a serem entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos;

Somente será considerado cumprido o serviço após a entrega de todos os serviços descritos, e aceite pelo TJPR, sem restar pendências ou correções por parte da contratada.

7.1 CRONOGRAMA REAJUSTADO DE MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

Para CRONOGRAMA REAJUSTADO, cada comarca/lote contemplará no cronograma uma etapa distinta, sendo tantas etapas quantas forem as comarcas/lotos contratados, com parcelas de desembolso para cada etapa do cronograma reajustado. Exemplo:

- **1ª ETAPA – Referente ao 1º LOTE contratado, com prazo de execução de 15 (quinze) dias após o recebimento da OES, pagamento em 1 (uma) parcela conforme abaixo:**

§ [1ª Parcela] – 1ª Etapa – Sondagem SPT e Emissão de Relatórios – Equivalente a 100,0% (cem por cento) do valor do 1º Lote contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais a serem entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos;

- **2ª ETAPA – Referente ao 2º LOTE contratado, com prazo de execução de 15 (quinze) dias após o recebimento da 1ª Etapa, pagamento em 1 (uma) parcela conforme abaixo:**

§ [2ª Parcela] – 2ª Etapa – Sondagem SPT e Emissão de Relatórios – Equivalente a 100,0% (cem por cento) do valor do 2º Lote contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais a serem entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos;

8. RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O objeto do contrato será recebido de acordo com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021.





O Termo de Recebimento Provisório e Definitivo do objeto será assinado quando da entrega e aceite por parte do TJPR do Lote contratado ou da Última Etapa do cronograma reajustado de entregas e serviços.

9. ANEXOS

Os documentos anexos nessa contratação fazem parte da documentação técnica e deverão ser considerados como diretrizes, orientações e documentos técnicos dos projetos, sendo de observância obrigatória, e embasarão a execução precisa do objeto da contratação.